

FICHA DO CONTRADITÓRIO
Projeto Escola+, Fase II, São Tomé e Príncipe
 Março 2018

RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
À cooperação portuguesa			
1. Manter o apoio ao ensino secundário em STP, nas modalidades e áreas prioritárias, ainda não consolidadas e emergentes, definidas com os respetivos parceiros, e definindo com rigor o respetivo financiamento.	DSC-DPC/DAB	Aceite	O CICL reconhece a importância da continuidade da manutenção do apoio ao ES. No novo projeto ACES, mantém-se o apoio ao ES, através da colocação de docentes no Príncipe e na capacitação dos professores do ES.
2. Adotar em futuros projetos de cooperação um modelo de desenho de projeto que requeira a identificação de pontos de partida (baselines), resultados das ações (outputs) e efeitos (outcomes)	DSC - DPC/DAB e parceiros	Aceite	As diversas avaliações realizadas no final do Escola + e outras ações de cooperação a realizar em 2018 poderão fornecer <i>baselines</i> e dados atualizados para o desenho de um novo projeto.
3. Incluir em futuros projetos necessariamente a identificação de riscos e medidas de mitigação desses riscos, no âmbito da gestão do risco do projeto.	DSC/DAB	Aceite	A análise da gestão do risco do projeto faz parte da metodologia da conceção de projetos de cooperação.
4. Prever em projetos futuros a necessidade de definir um plano de comunicação e visibilidade e de o monitorizar.	DSC/DAB	Aceite	A recomendação será acolhida em futuros projetos.

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação.

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
<p>5. Assegurar em projetos futuros um modelo de monitorização envolvendo o fluxo regular de informação entre parceiros, incluindo nomeadamente os parceiros locais do projeto, e com um mecanismo de medição do feedback da monitorização sobre a execução do projeto.</p>	DAB/parceiros	Aceite	Este modelo só é viável com a cooperação dos parceiros.
<p>6. Incluir em projetos futuros, obrigatoriamente em projetos plurianuais e de efeito estruturante, um plano de sustentabilidade e uma estratégia de saída centrada na apropriação de instrumentos, metodologias e resultados e na capacitação dos indivíduos e das estruturas/ organizações – que, no início até podem não existir e não apenas na transferência de património.</p>	DAB/parceiros	Aceite	Estes domínios estão interligados e dependem uns dos outros. Esta recomendação é consentânea com orientações internas a serem adotadas em todos os projetos no futuro.
<p>7. Incluir, em projetos futuros e em particular no apoio ao sistema educativo, medidas explícitas, concretizadas em ações e materiais que estimulem o uso correto e adequado da língua portuguesa e promovam a sua consolidação, de forma direta ou indireta na perspetiva de “a língua portuguesa constituir um dos esteios da cooperação para o desenvolvimento no contexto da CPLP, reafirmado na generalidade dos documentos orientadores da política de cooperação portuguesa” e previsto no quadro de aplicação do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. Resolução do Conselho de Ministros nº 17/2014.</p>	DSC/DAB-DSLC	Parcialmente Aceite	O CICL reconhece, naturalmente, a importância do uso e consolidação da língua portuguesa nos países da CPLP. Antes de poder ser totalmente aceite, contudo, esta recomendação carece de esclarecimento quanto ao significado de: “a língua portuguesa constituir um dos esteios da cooperação para o desenvolvimento no contexto da CPLP, reafirmado na generalidade dos documentos orientadores da política de cooperação portuguesa”.
<p>8. Envolver no acompanhamento de projetos de cooperação setorial na educação o Ministério de Educação de Portugal.</p>	DAB Ministério da Educação-PT	Aceite	O CICL reconhece a importância do envolvimento do Ministério da Educação (ME-PT) nos projetos de cooperação no setor educativo que, aliás, tem sido solicitado pelas autoridades santomenses. No entanto, este envolvimento só será possível se o próprio Ministério da Educação anuir a este envolvimento e cooperar nesse sentido.

RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
Às autoridades santomenses			
<p>9. Promover uma reflexão alargada na sociedade santomense sobre a necessária diversificação curricular do ensino secundário e, em consequência, do desenvolvimento de cursos de ensino profissional, e adotar as medidas adequadas à garantia dessa diversidade curricular.</p>			
À cooperação portuguesa e às autoridades santomenses			
<p>10. Promover a articulação entre parceiros do desenvolvimento na área da educação para que o resultado tenha coerência face às necessidades reais de melhoria do sistema educativo de São Tomé e Príncipe e não apenas às prioridades gerais dos doadores e nomeadamente garantindo um apoio equilibrado ao desenvolvimento de todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao superior.</p>	<p>DSC/DSL Ministério da Educação-PT</p>	<p>Aceite</p>	<p>Esta preocupação já está contemplada nas ações programadas no ano de transição em curso (2017-2018), nomeadamente através de uma assessoria técnica ao MECCC cuja execução se encontra em estudo.</p>
<p>11. Promover a divulgação das iniciativas do projeto e dos seus espaços, recursos e documentos (manuais, textos de apoio, materiais de formação, etc.) junto da comunidade educativa, por exemplo através de um Portal da Educação, com diferentes perfis de acesso, incluindo necessariamente o do Professor, que poderá integrar uma plataforma informática de e-learning.</p>	<p>DSC/DSL Ministério da Educação-PT</p>	<p>Parcialmente Aceite</p>	<p>Esta medida só poderá concretizar-se caso exista financiamento para a criação de um Portal da Educação.</p>
<p>12. Promover e estimular a divulgação em revistas e encontros científicos - nacionais e internacionais - o Projeto Escola+ na perspetiva do debate académico, partilhando e valorizando o trabalho realizado e suscitando contributos que possam ser utilizados em projetos similares.</p>	<p>DSC/DSL Ministério da Educação-PT</p>	<p>Aceite</p>	<p>O Camões reconhece a importância da promoção da reflexão científica sobre projetos de cooperação na Academia, neste caso sobre o Escola+. No período mais recente, contudo, o Camões, I.P., não tem disposto de verbas que lhe permitam fomentar o debate académico sobre os projetos por si financiados.</p>

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
À cooperação portuguesa			
13. Apoiar a reflexão sobre a diversificação do ensino secundário, incentivando a sua realização e apoiando iniciativas nesse âmbito, por exemplo, através da realização de uma conferência internacional com participação de peritos nacionais e estrangeiros.	DSC/DSL Ministério da Educação-PT	Aceite	
Às autoridades santomenses			
14. Melhorar o modelo de identificação de prioridades, ouvindo regularmente parceiros e atores da educação, procurando garantir uma intervenção articulada entre os diferentes níveis educativos e adequada à evolução da sociedade santomense.			
15. Introduzir os ajustamentos necessários no regime de avaliação dos alunos e definir uma estratégia de formação dos professores para a aplicação do modelo de avaliação e dos supervisores para o apoio à sua aplicação.			
16. Agir para estabilizar os técnicos e dirigentes em funções chave para o desempenho do sistema de educação, garantindo nomeadamente que funções de direção de escola sejam necessariamente assumidas por quadros qualificados da educação, que os supervisores tenham dedicação integral à função e procurando maximizar os efeitos da formação de quadros e dirigentes na ótica do desempenho do próprio Ministério.			
17. Garantir que os supervisores exerçam funções devidamente regulamentadas e em dedicação integral.			

RECOMENDAÇÕES DE CARÁTER GERAL	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
À cooperação portuguesa e às autoridades santomenses			
<p>18. Definir um modelo de capacitação institucional dos serviços centrais do Ministério da Educação, Ciência e Cultura, que adira às boas práticas internacionais, recorra a peritos em administração educativa e obedeça a uma metodologia de transferência de know-how explicitada e verificável.</p>	<p>DSC/DAB Ministério da Educação-PT</p>	<p>Aceite</p>	<p>Esta vertente já está contemplada em 2018, esperando-se que a assessoria técnica ao MECCC prevista, a realizar pelo CICL à margem do projeto ACES, permita auscultar como poderá ser feita a capacitação institucional do MECCC. No entanto, a aceitação desta recomendação implicaria compreender melhor o que se entende por “modelo de capacitação institucional”, se possível através do fornecimento de exemplos.</p>
<p>19. Criar e pôr em prática um modelo de acompanhamento da reforma curricular, que planeie intervenções necessárias e dê coerência à sua introdução, de modo a melhorar a adequação do novo plano curricular aos objetivos do ensino secundário.</p>	<p>DSC/DAB Ministério da Educação</p>	<p>Aceite</p>	<p>A aceitação desta recomendação implicaria compreender melhor o que se entende por “modelo de acompanhamento da reforma curricular”, se possível através do fornecimento de exemplos.</p>
<p>20. Garantir a continuidade do processo de testagem da reforma curricular do francês no ensino básico e secundário, evitando um segundo abandono, após ter aceite substituir na função a cooperação francesa.</p>	<p>DSC/DAB</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>No projeto ACES em curso não existe uma atividade específica para o Francês. Em futuros projetos, o Camões, I.P., não deverá responsabilizar-se pela promoção da qualidade do ensino de línguas estrangeiras no sistema santomense, quando os próprios países que as falam, depois de terem assumido o compromisso, declinaram o apoio.</p>
<p>21. Continuar a apoiar a melhoria da gestão escolar.</p>	<p>DSC/DAB Ministério da Educação</p>	<p>Aceite</p>	<p>Esta vertente já está contemplada no novo projeto em curso.</p>

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
Às autoridades santomenses			
<p>22. Regulamentar a carreira docente e definir um modelo de acesso e progressão que articule os diferentes sistemas de formação de professores, abrangendo os diversos ciclos, do pré-escolar ao secundário e identifique o sistema de certificação da formação e acreditação de entidades formadoras.</p>			<p>Ainda que o Camões, I.P., não tenha sido a chamado a pronunciar-se sobre estas recomendações, considera que esta seria uma área em que poderia ser ponderado um apoio institucional.</p>
<p>23. Promover a articulação entre a formação de professores, as carreiras e o desempenho docente, regulando a mobilidade e garantindo a estabilidade no sistema.</p>			
<p>24. Intervir de forma articulada no desenvolvimento acelerado das três frentes de formação de professores – inicial, contínua e profissionalização - e, ainda, numa outra vertente, o complemento de formação (inicial), a qual poderá vir a articular-se, quer com a profissionalização, quer com a própria formação inicial.</p>			
<p>25. Prevenir o abandono escolar nos bacharelatos da RAP através de um dispositivo mais flexível de ensino, por exemplo com recurso a dois curtos períodos de formação presencial e um maior período de formação a distância e autoformação apoiada.</p>			
<p>26. Manter e estimular a boa prática de organização de formação certificada, atestando a atualização regular de conhecimentos, contribuindo para a diferenciação na atribuição de funções nas escolas e para as condições necessárias à progressão na carreira docente.</p>			<p>Ainda que o Camões, I.P., não tenha sido a chamado a pronunciar-se sobre estas recomendações, considera que esta seria uma área em que poderia ser ponderado um apoio institucional.</p>

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
<p>27. Criar dispositivos que permitam vir a capitalizar a formação certificada, creditando-a em percursos de formação académica e profissional (por exemplo, complementos de formação ou profissionalização) no âmbito da formação de professores.</p>			<p>Ainda que o Camões, I.P., não tenha sido a chamado a pronunciar-se sobre estas recomendações, considera que esta seria uma área em que poderia ser ponderado um apoio institucional.</p>
<p>28. Organizar de uma forma modular a oferta formativa estruturada de modo a que esta permita percursos de formação diferenciados ao nível dos conteúdos, das estratégias, da duração e da avaliação, e que possa ser direcionada para diferentes públicos-alvo.</p>			
<p>29. Construir novas modalidades de formação contínua centradas nas escolas, que articulem as ofertas estruturadas com os apoios aos colegas, um trabalho de formação pouco visível mas eficaz, que deve ser valorizado - nomeadamente, nas reuniões quinzenais, nos apoios formais e informais aos delegados e coletivos de professores – e com as ações de curta duração que decorram daí e das visitas supervisivas.</p>			
<p>30. Divulgar às escolas, em tempo útil, a oferta formativa e os princípios que presidem à sua organização e aos critérios preferenciais de candidatura/ acesso à formação, de modo a que, quer estas, quer os professores, possam planear a sua participação e cumprir, entre outras, as duas recomendações seguintes.</p>			
<p>31. Fomentar a responsabilidade das escolas e dos coletivos de professores pelas escolhas de formação dos professores, as candidaturas/inscrições e a efetiva frequência de formação, procurando prevenir o abandono e o insucesso. Esta atuação</p>			

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
contribuirá para a constituição de uma cultura docente apoiada na procura e partilha ativa do saber e para a valorização profissional, individual e coletiva.			
32. Incentivar as direções de escolas com ensino secundário a valorizarem a frequência de ações de formação contínua certificadas, como forma de promover, junto dos professores, o interesse pela formação contínua e, conseqüentemente, a constituição de corpos docentes mais estáveis e empenhados na profissão docente.			
33. Tirar partido do acesso alargado a <i>smartphones</i> para, através da internet ou com recurso à rede móvel de telefone, divulgar ações e materiais de formação contínua de professores (por exemplo, através de um grupo fechado no <i>Facebook</i>).			
34. Garantir a existência de um dispositivo de avaliação permanente da formação contínua de professores, que permita rever e reajustar o processo, sempre que necessário.			
À cooperação portuguesa e às autoridades santomenses			
35. Investir no desenvolvimento da capacidade de formação de professores por parte da Universidade de São Tomé e Príncipe, promovendo a parceria com uma ou mais instituições portuguesas especializadas em formação de professores, na conceção, execução, avaliação e certificação de formação de professores.	DSC-DPC/DAB MECCC	Aceite	No desenho de uma nova intervenção, está a ser ponderada a integração de uma componente de capacitação da USTP.

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
<p>36.Recuperar a medida de implementação dos cursos de complemento de formação, articulando-a quer com a prevista revisão curricular dos cursos de formação inicial de professores, quer com a profissionalização, quer ainda com uma oferta formativa mais estruturada da formação contínua de professores.</p>	<p>DSC/DAB MECCC</p>	<p>Aceite</p>	<p>A vertente de criação e regulamentação de uma estrutura de formação contínua e em exercício já está contemplada no novo projeto em curso.</p> <p>Quanto à formação inicial de professores, o desenho de uma futura intervenção para o setor educativo poderá vir a contemplar a formação inicial de professores através da USTP.</p>
<p>37.Criar um dispositivo de formação para a profissionalização assente em três pilares - a USTP, a supervisão do DES e as escolas (delegados de disciplina) – que garanta, simultaneamente, i) competência científica e pedagógica, ii) condições de acompanhamento da formação no terreno e enquadramento profissional (pedagógico-didático) nas escolas, iii) e promova uma partilha destas competências funcionais no seio do próprio dispositivo.</p>	<p>DSC/DAB MECCC</p>	<p>Parcialmente Aceite</p>	<p>Constata-se que algumas recomendações propostas seriam as ideais mas o Projeto Escola + em apenas 4 anos não poderia resolver problemas estruturais do sistema de ensino santomense. Numa futura intervenção, o Camões, IP, poderá dar um contributo para sanar problemas identificados mas também não será realista considerar que apenas no período de um projeto com uma duração de cerca de 4 anos será possível ultrapassar constrangimentos do sistema que existem há décadas e cuja ultrapassagem decorre de um projeto de maturação estruturado.</p>
<p>38.Dar continuidade à boa prática gerada no projeto em organização da formação contínua de professores (ações de curta duração, formação modular, apoios de oportunidade no âmbito dos coletivos de professores, etc.), procurando aproximar mais a formação das escolas e dos professores, reforçando a adequação e a oportunidade</p>	<p>DSC/DAB MECCC</p>	<p>Aceite</p>	<p>A vertente de criação e regulamentação de uma estrutura de formação contínua e em exercício já está contemplada no novo projeto em curso.</p>

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
das ofertas formativas.			
<p>39. Criar um dispositivo que permita explorar as potencialidades de uma formação e apoio a distância, nomeadamente aos professores da RAP e aos alunos dos “seus” bacharelatos, tirando partido do acesso quase universal à internet na região e a próxima criação de um centro de formação profissional equipado para formação a distância na região. Esse dispositivo de formação a distância também pode ser utilizado para a realização de ações de supervisão desenvolvidas pelos supervisores do DES, das diferentes disciplinas, poupando em deslocações e estadias, desde que seja assegurado o recurso a um “supervisor” local, com perfil mais institucional/transversal (não específico/ por disciplina).</p>	DSC/DAB-DSL MECCC	Aceite	Neste processo e caso exista financiamento para a criação e a manutenção de uma estrutura de ensino a distância. Dado que o Camões, IP, tem uma estrutura de ensino a distância, no Centro Virtual Camões, poderá ser contemplada a possibilidade de rentabilização de recursos.
<p>40. Prosseguir a formação de base linguística para todos os professores visando, por exemplo, a linguagem académica (oral e escrita) e das disciplinas, de forma a contribuir para um melhor desempenho linguístico dos professores e uma melhor apropriação dos conteúdos curriculares por parte dos alunos.</p>	DSC/DSL	Aceite	

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO À QUALIDADE DA LECIONAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
À cooperação portuguesa			
<p>41. Manter o apoio à lecionação no ensino secundário com recurso a professores portugueses, organizando a sua participação para que, a exemplo de boa prática identificada, interajam sistematicamente com os colegas santomenses, para quem devem ser um recurso próximo e quotidiano que, com a sua experiência profissional, formação científica, pedagógica e participação na escola (fazem parte do coletivo disciplinar) os apoiem, numa relação de trabalho colaborativo, à medida que as necessidades vão surgindo; ao mesmo tempo que servem de interface com os dispositivos estruturados de formação contínua e de profissionalização.</p>	DSC/DAB	Aceite	A vertente de apoio à lecionação de disciplinas do ensino secundário portugueses já está contemplada no novo projeto em curso, que conta com quatro professores portugueses em funções na Ilha do Príncipe.
<p>42. Regular o recurso aos professores portugueses com funções de lecionação de modo a que estes sejam em número adequado à necessidade de que: (i) lecionem disciplinas-chave do currículo, em que há comprovada carência de professores santomenses, com formação científica e pedagógica adequadas; (ii) tenham horário alargado na escola ou grupo de escolas abrangidas pelo delegado de disciplina santomense, assumindo, para além da lecionação, tarefas de apoio científico e metodológico aos coletivos de professores dessa disciplina, procurando fazê-lo relativamente aos vários anos de escolaridade do ciclo de ensino em que leciona e não só aos professores que lecionam no seu ano de escolaridade; (iii) assegurem, ainda, funções de apoio à supervisão do ensino secundário, numa parceria com os supervisores do DES.</p>	DSC/DAB	Aceite	O novo modelo de intervenção no setor educativo ainda não foi concebido, pelo que não é possível prever por ora o perfil dos agentes de cooperação a contratar.

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO À QUALIDADE DA LECIONAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
<p>43. Apoiar a revisão dos materiais de apoio ao ensino secundário, visando a melhoria da sua qualidade científica, pedagógica, gráfica e de edição.</p>	DSC/DAB	Rejeitada	<p>Não há financiamento.</p> <p>Não obstante a necessidade de se proceder à revisão dos materiais didáticos disponíveis em STP, a revisão dos materiais deverá caber às autoridades santomenses e realizada de forma estruturada e em alinhamento com as restantes reformas necessárias no sistema.</p>
<p>44. Criar uma linha de divulgação de bancos de materiais didáticos em suporte digital, de produção própria ou de produção alheia, mas de acesso livre, a utilizar por professores e alunos, editados em CD Rom e em plataforma de e-learning, fazendo-os acompanhar de sugestões de utilização no contexto da escola santomense à qual, naturalmente, deverão estar adequados.</p>	DSC/DAB	Aceite	<p>O CICL já dispõe de materiais didáticos on line no Centro Virtual Camões.</p>
<p>Às autoridades santomenses</p>			
<p>45. Equacionar medidas de apoio, de forma experimental, à conclusão de 2º ciclo do ES a estudantes com até três disciplinas em atraso, através da criação de turmas específicas que lhes permitam efetuar aprendizagens de diferentes anos de escolaridade nessas disciplinas. Esta medida permitiria: i) otimizar o seu processo de ensino-aprendizagem, que deixaria de estar sujeito ao constrangimento da frequência da disciplina em diferentes anos/ turmas; (ii) facilitar a sua frequência escolar em termos de horário (e carga horária semanal); (iii) e reduzir o número de alunos por turmas, nas restantes turmas.</p>			

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO À QUALIDADE DA LECIONAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
À cooperação portuguesa e às autoridades santomenses			
<p>46. Agir concertadamente para a redução do número de alunos por turma no ensino secundário, examinado com a comunidade de doadores a necessidade de aumentar o número de salas, reforçar o apoio à qualificação da rede escolar de ensino secundário, bem como a dimensão e qualificação dos recursos docentes necessários, e encontrando as soluções de financiamento adequadas à melhoria das infraestruturas educativas para fazer face à expansão da escolarização no ensino secundário e à pressão demográfica.</p>	DSC/DAB	Aceite	
<p>47. Garantir a continuação da reprodução e distribuição dos materiais de apoio ao ensino até à sua revisão ou substituição por outros instrumentos.</p>	DSC/DAB	Rejeitada	Com o final do Escola +, as autoridades santomenses optaram por não continuar a usar os materiais didáticos produzidos pelo projeto. Ainda que a cooperação portuguesa estivesse disponível para apoiar a sua reprodução e distribuição, cabe exclusivamente às autoridades a decisão sobre os materiais didáticos a adotar nas escolas santomenses.
<p>48. Continuar a desenvolver materiais de apoio ao ensino nos formatos e com os destinatários necessários e atualizando e revendo os materiais existentes nos planos científico, pedagógico, gráfico e de edição.</p>	DSC/DAB	Parcialmente Rejeitada	Não há financiamento. Cf. ponto 43
<p>49. Agir para a criação de condições minimamente razoáveis para o ensino experimental das ciências, nomeadamente em termos de apetrechamento de laboratórios e recursos didáticos.</p>	DSC/DAB	Parcialmente Rejeitada	O desenvolvimento do ensino das ciências deve ser acompanhado, por um lado, pela atualização dos currículos escolares e, por outro, por uma adequação dos materiais didáticos e dos laboratórios aos programas. No

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO À QUALIDADE DA LECIONAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
			entanto, o CICL não dispõe de orçamento para a aquisição de materiais didáticos e para o apetrechamento dos laboratórios adequados ao ensino experimental das ciências em STP.
50. Recuperar e pôr em funcionamento um centro de recursos que siga o exemplo do KE MESE e instalá-lo num espaço escolar com fácil acessibilidade ao conjunto da comunidade educativa e, em particular, da comunidade docente, atualizando o seu acervo documental e de equipamentos, e recorrendo ao conjunto documental e de equipamentos do projeto Escola+.	DSC/DAB	Rejeitada	O destino do acervo documental e de equipamentos do projeto Escola + já foi decidido nos termos previstos do Protocolo para implementação deste projeto.

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO À SUPERVISÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
Às autoridades santomenses			
51. Criar condições para que o sector de supervisão do DES apoie as escolas a conceberem e realizarem um plano anual de formação contínua de professores, ajustado às necessidades e interesses dos coletivos de professores.			
52. Fomentar junto dos órgãos dirigentes e responsáveis das escolas (diretores, gestores, delegados) a necessidade de consulta aos coletivos de professores sobre interesses e necessidades de formação, de modo a recolher informação pertinente e adequada em relação a futuras formações.			

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO À SUPERVISÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
À cooperação portuguesa e às autoridades santomenses			
53. Prosseguir e aprofundar a formação dos supervisores, acompanhando as necessidades criadas pela evolução de funções que superiormente se entenda atribuir ao sector de supervisão.	DSC/DAB	Aceite	O desenho de uma futura intervenção no setor educativo em STP deverá contemplar a formação de professores.
54. Aprofundar a boa prática de trabalho de pares entre professores cooperante e supervisores, no âmbito de cada disciplina, na produção de orientações para o ensino, no apoio aos alunos e na produção de materiais para professores.	DSC/DAB	Aceite	
55. Garantir os apoios necessários, nomeadamente logísticos e de acompanhamento, às ações de supervisão do DES.	DSC/DAB	Rejeitada	Caso o próximo projeto preveja uma atividade desta natureza e respetivo orçamento, o CICL poderá apoiar a DES na dinamização das ações de supervisão dos docentes.

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA À REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
<p>As recomendações anteriores são tão vastas que quase seria possível vê-las como um programa para a reforma estrutural do ensino secundário e de acompanhamento da reforma (parcial) já implementada (dos planos de estudos aos programas das disciplinas e aos materiais de ensino, do sistema de avaliação dos alunos à formação inicial e contínua de professores, da supervisão ao apoio à gestão do subsistema de ensino)</p> <p>Torna-se, por isso, evidente a necessidade de ser realizado um estudo de prioridades que permita identificar, em parceria com as autoridades santomenses e tendo em conta as intervenções dos outros doadores presentes no terreno, quais poderão ser as prioridades de STP para os próximos 6/8 anos no domínio do ensino secundário. Assumindo que a Cooperação Portuguesa não pode responder a tudo e que há outros parceiros tradicionalmente mais interventivos nas áreas do ensino técnico-profissional cuja colaboração deveria ser procurada, esse estudo teria também o objetivo de identificar onde poderá estar o foco e a mais-valia da cooperação portuguesa. Justifica-se, portanto, uma última recomendação.</p>			

RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DO APOIO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA À REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
À cooperação portuguesa e às autoridades santomenses			
<p>56. O corrente ano de 2017/18 seria o momento ideal para desenhar e planear o novo ciclo da cooperação portuguesa, atividade que poderia ser realizada em paralelo com a elaboração de um “plano estratégico para o ensino secundário em STP”, construindo cenários, clarificando opções e identificando prioridades para a educação secundária em STP a 6-8 anos, bem como os recursos e os potenciais doadores. No momento em que ficam concluídos os 8 anos das duas fases do projeto Escola+, em que já é possível capitalizar os resultados das várias avaliações em curso, e em que é possível acompanhar e influenciar o processo de phasing out que irá decorrer durante o corrente ano letivo, este plano estratégico seria a forma de contextualizar e desenhar a continuidade da cooperação portuguesa no domínio da educação. Caberia a esta, por isso, financiar a sua elaboração.</p>	DSC/DAB-DPC	Parcialmente Aceite	<p>Pretende-se que o ano letivo 2017-2018 proporcione um momento de reflexão para o futuro da intervenção no setor educativo. O projeto ACES em curso, a par de outras ações já programadas, permitirão eventualmente recolher os dados necessários para se encetar um novo ciclo da cooperação portuguesa. Quanto ao plano estratégico para o ensino secundário em STP, a sua conceção depende em larga medida da vontade das autoridades santomenses, que já formularam o documento PADE – Acelerar o Desempenho Educativo (2015-2018), que já apresenta uma estratégia para o setor formulada pelo próprio MECC.</p>